

Movimento Escola Sem Partido e a onda conservadora na educação brasileira

Luiza Rabelo Colombo¹

Resumo: O trabalho tem como objetivo analisar o movimento Escola Sem Partido para além de sua aparência, compreendendo-o no contexto de uma crescente onda conservadora e reacionária, que tem promovido sistemáticos ataques à agenda historicamente defendida pelas trabalhadoras e trabalhadores da educação. Com o avanço do movimento no campo das políticas públicas, identificamos e analisamos suas redes de apoio já consolidadas, sua forma de atuação, premissas, práticas e discursos. A metodologia de pesquisa incluiu levantamento bibliográfico, seguido de análise de conteúdo, organização e sistematização das informações obtidas. Neste estudo, o arcabouço teórico gramsciano tem apontado importantes possibilidades de interpretação sobre a representação do movimento, a partir dos conceitos de “Estado ampliado”, considerando as noções interdependentes de “sociedade civil” e “sociedade política”. Neste sentido, é possível identificar, através dos dados já levantados, o movimento como um típico “aparelho privado de hegemonia”, uma vez que, no âmbito da sociedade civil, apresenta-se como um canal de elaboração e difusão de uma determinada concepção sobre a dimensão educativa do Estado, ou seja, na conformação de consenso; e, no âmbito da sociedade política, ele busca atuar por meio do desenvolvimento de legislações e do fortalecimento de uma rede ou “bancada” de políticos eleitos que vêm defendendo o seu projeto educacional, ou seja, por meio do fortalecimento do aspecto coercitivo, que garantirá a manutenção de privilégios historicamente construídos por estes grupamentos políticos.

Palavras-chave: Escola Sem Partido; Onda Conservadora; Estado Ampliado; Aparelho Privado de Hegemonia; Políticas Educacionais

Movement “Escola Sem Partido” and the conservative wave in brazilian education

Abstract: The aim of the paper is to analyze the movement “Escola Sem Partido” (school without party), in addition to its appearance, understanding it in the context of a growing conservative and reactionary wave, which has promoted systematic attacks on the points historically defended by education workers. With the advancement of the movement in the context of public policies, we identify and analyze their already consolidated support networks, their way of acting, premises, practices and speeches. The research methodology included a bibliographic survey, followed by content analysis, organization and systematization of the information obtained. In this study, the Gramscian theoretical framework has pointed to important possibilities of interpretation on the representation of the movement, from the concepts of "Extended State", considering the interdependent notions of "civil society" and "political society". In this sense, it is possible to identify, through the informations already collected, the movement as a typical "private apparatus of hegemony", since, within the civil society, it is presented as a channel for the elaboration and diffusion of a certain conception about the educational dimension of the State, that is, in the formation of consensus; and within the framework of the political society, it seeks to act through the development of legislation and the strengthening of a network or "bench" of elected politicians who

¹ Mestranda no PPGEduc/UFRRJ; Professora do Colégio Pedro II.

have defended their educational project, that is, by strengthening the coercive aspect, which will guarantee the maintenance of privileges historically built by these political groups.

Keywords: “Escola Sem Partido”; Conservative Wave; Expanded State; 'Private' Apparatus of Hegemony; Educational Policies

Introdução

A partir de 2014, identificamos no campo das políticas públicas educacionais o protagonismo de forças políticas visando implementar um conjunto de Leis – e alterações em leis vigentes – contrários ao direito a educação laica, plural e democrática, ao direito a participação e organização política dos estudantes e profissionais da educação, dentre outras a pautas historicamente defendidas por movimentos sociais de trabalhadoras e trabalhadores da educação. Este processo resulta da atuação militante do movimento Escola Sem Partido – ESP – que vem atuando de maneira ampla e organizada, tanto através de redes sociais e portais na internet, quanto dentro de de escolas, nas câmaras municipais, assembleias legislativas estaduais e no senado, ora articulado com partidos e movimentos do campo da direita, ora associado a grupos religiosos ultraconservadores, ambos ultraconservadores, formando uma espécie de “rede” ou “bancada” de difusores e defensores do movimento nestes espaços.

O artigo, neste sentido, busca problematizar o crescimento das práticas e difusão dos discursos do movimento Escola Sem Partido, que tem se projetado como protagonista e aglutinador de certas frações de classe dominantes, justamente no contexto do que podemos compreender como o crescimento de uma *onda conservadora* e reacionária no cenário político brasileiro e, em especial, nas políticas educacionais. O estudo tem o objetivo de analisar o avanço do movimento no campo das políticas públicas, identificando suas redes de apoio já consolidadas, sua forma de atuação, premissas, práticas e discursos. A metodologia de pesquisa inclui o estudo das fontes primárias e secundárias, levantamento bibliográfico em livros, páginas na internet, artigos em jornais e revistas – tanto documentos produzidos pelo próprio movimento amplamente divulgados em seus portais e redes sociais quanto por pesquisadores da Educação que tem debatido de maneira crítica sobre o tema – seguido de análise de conteúdo, organização e sistematização das informações obtidas.

A pesquisa tem como suporte teórico os estudos em políticas públicas

educacionais na perspectiva histórico-crítica, especialmente os referenciados em Antônio Gramsci. O arcabouço teórico gramsciano tem nos apontado importantes possibilidades de interpretação sobre a representação do movimento ESP, portanto, a partir dos conceitos de *Estado ampliado*, considerando as noções interdependentes de *sociedade civil* e *sociedade política*, assim como o conceito de *aparelho privado de hegemonia*.

Assim, ao longo do texto, apresentaremos os dados levantados e análises realizadas desta pesquisa que está em desenvolvimento. No primeiro tópico, refletiremos sobre a crise estrutural do Capital e a mais recente onda conservadora que vem se alastrando no cenário brasileiro, contexto no qual emerge o protagonismo do movimento Escola Sem Partido; no segundo, abordaremos os projetos de lei e as premissas e ações do movimento; no terceiro, suas articulações e estratégias de atuação enquanto um *aparelho privado de hegemonia*, no âmbito do *Estado ampliado*.

1. Crise estrutural do Capital e a *onda conservadora*

Em 2004, a fundação do movimento Escola Sem Partido, pelo advogado e procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib, repercutiu como algo exótico, sem muita notoriedade. Naquele momento, o nível de conservadorismo explícito nos princípios e bandeiras do movimento surgiam na contramão do crescente protagonismo dos movimentos sociais nas brechas cedidas pelo modelo de Estado ampliado brasileiro, e do que representava, aparentemente, o recém-empossado governo do Partido dos Trabalhadores, o que levou a leitura de que o movimento não teria espaço para expandir-se no cenário brasileiro. Suas pautas foram consideradas como verberação de frações de grupos de direita, históricos e alarmistas, e ele não foi considerado como um risco aos preceitos da educação pública brasileira, tendo em vista as graves incoerências e inconsistências de suas propostas. Mas o que mudou de lá para cá? Como e por quê o movimento Escola Sem Partido ganhou notória expressividade no cenário educacional brasileiro?

Nos anos seguintes ao seu surgimento, observamos no Brasil o crescente de uma anunciada *onda conservadora*, compreendida aqui como o fenômeno do crescimento do pensamento conservador – com características reacionárias – que surge como parte da resposta da extrema direita à crise estrutural do capital. Esse fenômeno, porém, não é brasileiro. No contexto da crise financeira de 2008, já era possível observar a ebulição

de uma onda conservadora, que veio emergir em 2009, na ocasião das manifestações de massas mobilizadas pelo Tea Party, que anunciavam o surgimento de um grupamento político organizado que apontaria uma nova estratégia de atuação política. Esta não envolveria necessariamente a participação de representantes nos aparelhos de Estado, na sociedade política, em processos políticos eleitorais, mas se daria através da difusão das ideias da extrema direita internacional através de massiva propaganda e tomada das ruas².

Antes de prosseguirmos faz-se necessário destacar que esta chamada onda, por sua vez, intensifica-se justamente no contexto do que compreendemos, principalmente através dos estudos de István Mészáros (2011), como o aprofundamento da crise estrutural do capital, que vem despontando desde o fim dos anos 1960 e início dos 1970, e teve sua expressão mais recente na crise de 2008. Para o filósofo húngaro, o sistema de capital é essencialmente expansionista, destrutivo e incontrolável, e assumiu a forma de uma crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente, que revela características de uma crise estrutural, ao contrário dos ciclos de expansão anteriores, assumindo caráter duradouro, sistêmico e estrutural (ANTUNES, 2011, p.12).

Portanto, é uma crise estrutural que despontou na derrocada do bloco histórico de base econômica fordista-keynesiano e de Estado de “bem-estar social”, cujo desdobramento foi a reorganização da burguesia para tentar retornar aos níveis de lucratividade e acumulação anteriores, assim como elevar a credibilidade nas frações políticas hegemônicas para o novo bloco histórico neoliberal (superestrutura) e de base econômica toyotista, ancorada na acumulação flexível e na financeirização da economia (infraestrutura). Assim, iniciou-se um processo de recomposição tanto na estrutura, com a introdução do novo modelo de produção japonês, quanto na superestrutura, gerando grandes transformações na composição e na correlação de forças políticas no interior do estado ampliado, com a consolidação do neoliberalismo.

De acordo com o que é possível dentro dos limites do presente trabalho, destacamos aqui, sobretudo, o aspecto político-social da crise estrutural. Segundo Castelo, na perspectiva gramsciana, a crise orgânica (ou estrutural) manifesta-se necessariamente também no plano superestrutural (político-ideológico), expressando-se como uma “crise de autoridade” ou “crise de hegemonia”.

2 Recentemente, também vimos a ação estratégica de atuação na sociedade política destes grupamentos, como foi o caso da eleição presidencial estadunidense do empresário Donald Trump em 2016, da ala mais conservadora do Partido Republicano.

Os aparelhos privados de hegemonia [...] já não conseguem soldar o bloco histórico em torno da concepção do mundo burguesa – esgarçando as ligações entre a superestrutura e a estrutura – na qual a classe trabalhadora não se sente mais representada pelos interesses das classes dominantes. O consenso vai paulatinamente se dissolvendo, e a agitação das classes subalternas cresce na medida exata dessa dissolução, assim como o aumento do uso da força, sempre a mando das classes dominantes, por parte dos aparelhos estatais de coerção. (CASTELO, 2013, p.112-113)

A sobrevivência do sistema passa a se pautar em novas formas de controle do trabalhador, cada vez mais autoritárias, ora mais coercivas, em momentos de maior instabilidade do *status quo*, ora menos coercivas, de acordo com a percepção sobre o nível de alienação. Assim, as classes dominantes engendram novos mecanismos de controle, para além da privação de liberdades e retirada de direitos sociais e trabalhistas anteriormente conquistados. Uma política de controle social crescente, por exemplo, é o da fomentação do medo, do terror. Inimigos de Estado(s) são diariamente produzidos, assim como também são produzidos associadamente os inimigos do capital. Observamos, pois, sob o discurso alarmista de uma possível saída para a crise através do “crescimento do comunismo” e das “ideologias esquerdistas”, a produção de um terreno fértil para os avanços de uma onda conservadora e reacionária que intensifica-se, não por acaso, justamente no contexto ora apresentado.

Na obra *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil* (BIANCHI, Álvaro [et al.], 2016), o historiador Demian Melo aponta que fração da direita considerada anteriormente como histórica e alarmista, foi ganhando apelo de massa, “uma mistura de neoliberalismo hardcore com fundamentalismo cristão” (MELO, 2016, p.71). Esta seria a caracterização de uma direita radical que, segundo o autor, tem atuado também como partido do grande capital (p.74), cujos intelectuais podemos encontrar nos chamados *think tanks*, que são grupos de especialistas em determinadas áreas, produzindo e difundindo teorias sobre estratégias de saída da crise do capital de acordo com os interesses do próprio capital. Assim, notamos que os *aparelhos privados de hegemonia* da onda conservadora ganham um novo nome (*think tank*) pretensamente inovador e palatável, mas que possuem a mesma função de produção e conformação de consenso no âmbito da sociedade civil, já enunciados pela

teoria gramsciana.

Segundo a historiadora Rejane Hoeveler, em outro artigo publicado na mesma coletânea, esta nova direita extremista transnacional, fortalecida a partir de teorias conspiratórias consensuais – especialmente a respeito da necessidade de combate ao comunismo e ao marxismo – vem coadunando-se ao discurso empresarial neoliberal desde o final dos anos 1970, através destes *think tanks* de orientação neoliberal. Estas organizações teriam surgido de seminários engajados em fomentar a “consciência de classe capitalista”, na década de 1970 (HOEVER, 2016, pp. 81-86).³ Consideramos, pois, o surgimento e crescimento dos *think tanks* neste contexto como parte das estratégias de recomposição da burguesia no contexto em que desponta a crise estrutural do capital, buscando a construção de consenso e consentimento em relação ao neoliberalismo. Esta estratégia chega ao Brasil pela primeira vez em 1983, com a fundação do Instituto Liberal.

Dentro desta direita radical a nível mundial, destacamos os chamados *libertarians*, que surgem sob o arcabouço teórico da escola austríaca de economia, referenciados nos economistas Ludwin von Mises e Friedrich Hayek. Já em 1941, Hayek fundou o instituto Mont Pelèrin Society, que reunia os interessados em se aprofundar nesta teoria, que prega, dentre outras coisas, a predominância do indivíduo sobre o Estado, a liberdade absoluta do mercado, e a defesa irrestrita da propriedade privada. Segundo os dados da reportagem da Agência Pública, *A nova roupa da direita*, por Marina Amaral (2015), em perspectiva global, os *libertarians* ressurgiram com força nos Estados Unidos, especialmente após a crise de 2008, na subsequente ebulição do clamor pela regulamentação do mercado. Na matéria, de acordo com o economista Luiz Carlos Prado, em entrevista à jornalista Marina Amaral, os grupos *libertarians* expressos nas redes de *think tanks* no Brasil leem novas correntes – como o economista Robert Lucas (ganhador do prêmio Nobel em 1995), e personagens de direita de produção teórica superficial, como o político parlamentar, Ronaldo Caiado, e o colunista da *Revista Veja*, Rodrigo Constantino – mas é notável que a maioria bebe

3 Segundo a autora, o *think tank* Atlas Network, por exemplo, funciona como elemento comum de conexão transnacional, uma espécie de *metathinktank*, atuando como fomentador, financeiro e intelectual, de outras 400 entidades similares em todo o mundo, que por sua vez também tem como princípio a defesa de “políticas públicas orientadas para o mercado” (p.87). Dentre as entidades apoiadas, nove são brasileiras.

especialmente na fonte austríaca. O Instituto Liberal, por exemplo, foi fundado em 1983 pelo carioca Donald Stewart Jr., que era membro do instituto Mont Pelèrin Society. Já Hélio Beltrão, membro fundador do Instituto Millenium (IMIL), também tem seu próprio *think tank*, o Mises Brasil, de grande abrangência nacional, que carrega o nome do economista austríaco.

Ainda, destacamos outro *think tank*, o Students for Liberty, fundado nos Estados Unidos em meados de 2007. Esta, segundo a mesma reportagem de Mariana Amaral, é organização chave na articulação entre *think tanks* conservadores americanos, especialmente os que se definem como *libertarians*, e a juventude conservadora da América Latina. Não por acaso, o fundador dessa organização é Alejandro Chafuen, presidente da Atlas Network e vice-presidente da Cedice Libertad, da Venezuela. Notamos, portanto, o investimento também em movimentos de juventudes como estratégia de formação política do pensamento conservador e neoliberal. A versão brasileira deste *think tank*, Estudantes Pela Liberdade, é o grupo que fundou o Movimento Brasil Livre, uma vez que o Atlas Network não financiava “grupos de atuação política” e seus membros tinham interesse de atuar de maneira organizada colocando as pautas da direita na ocasião das manifestações de massas de 2013⁴.

Localizamos, assim, esta chamada onda conservadora no Brasil também como reação ultraconservadora à série de protestos e manifestações de rua que chegaram a reunir mais de um milhão de pessoas em 2013, conhecidas como *jornadas de junho de 2013*, e à radicalização produzida pelas formas de luta e enfrentamento produzidas neste movimento.

Portanto, encontramos fortes evidências a respeito do crescimento da direita conservadora e com características reacionárias em aliança com o as corporações e entidades neoliberais também aqui no Brasil. Estas entidades e movimentos sociais neoliberais atuam da mesma maneira articulada, enviando membros para passarem por programas de treinamento oferecidos pelas entidades americanas, como é o caso de membros do Movimento Brasil Livre que fizeram cursos do Atlas Network nos Estados Unidos. Neste contexto, a onda conservadora observada na sociedade civil, em consonância com outras mudanças de correlações de forças na sociedade política, chega

4 Cabe destacar que o movimento seguiu atuando depois deste ano e, hoje, o Estudantes Pela Liberdade é o maior membro da rede Students for Liberty no mundo, tendo mais membros coordenadores no Brasil do que em toda a região da Europa ou da própria América do Norte.

no campo educacional. O movimento Escola Sem Partido, que até então não tinha expressividade, ganha eco.

Dentre os aparelhos privados de hegemonia – ou *think tanks* – citados, associados ao movimento Escola Sem Partido, destacamos: o Instituto Liberal, cujo apoio ao movimento pode ser observado em diversos artigos encontrados no próprio portal do Instituto; e o Instituto Millenium (IMIL), que por alguma razão não declara formalmente seu apoio ao ESP, mas é possível perceber sua estreita ligação através da figura de Rodrigo Constantino, membro-fundador do IMIL, que não poupa esforços em realizar propaganda do movimento em seu blog pessoal e nas redes sociais.⁵ Além disso, o próprio Miguel Nagib que fundou o movimento ESP era articulista e especialista do IMIL, no período em que escreveu o artigo *Por uma escola que promova os valores do Millenium*.⁶ Dentre os movimentos citados, associados ao crescimento da onda conservadora e ao destacamos o Movimento Brasil Livre, o qual citaremos em outro momento adiante.

2. Os projetos de lei e as *entrelinhas* do movimento Escola Sem Partido

Inicialmente, o movimento Escola Sem Partido ganhou notoriedade no ano de 2011, ao construir alianças com deputados e senadores conservadores e/ou religiosos fundamentalistas, na ocasião em que o Programa Brasil Sem Homofobia, desenvolvido pelo Ministério da Saúde, anunciou a elaboração do material didático “Kit Escola Sem Homofobia”. Após grande pressão de setores reacionários e da bancada religiosa (evangélica e católica), o material didático foi vetado pelo governo federal⁷.

Porém, é no contexto de 2013 anteriormente mencionado, de crescimento da onda ultraconservadora no Brasil, que observamos de maneira significativa a virada de um novo protagonismo do movimento ESP, que passa a adotar novas estratégias de propaganda, de alianças e foco de atuação. Visando promover seu discurso e em ofensiva investida no campo legal, em 2014 o primeiro projeto de lei – projeto de Lei

5 Informações disponíveis em: www.institutoliberal.org.br, <http://rodrigoconstantino.com/tag/escola-sem-partido/> e <http://www.institutomillennium.org.br/>. Acessados em: 22/06/2017.

6 Sobre outras relações diretas entre o movimento ESP e o Instituto Millenium, ver o artigo A ideologia do Escola Sem Partido, por Renata Aquino, publicado em 24/04/2016, disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2016/04/24/a-ideologia-do-escola-sem-partido/>, acessado em 12/07/2017.

7 Mais informações, ver matéria e versão vetada de um dos cadernos do “Kit Escola Sem Homofobia” em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1579/uma-analise-do-caderno-escola-sem-homofobia>. Acessado em 10/07/2017.

Estadual nº 2974/2014 – surge no estado do Rio de Janeiro, na ocasião em que o deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSC-RJ) pede a Miguel Nagib a elaboração de um projeto de lei⁸ com as bandeiras do movimento, baseado em três grandes pilares: defesa de uma suposta “neutralidade do ensino” e objetividade do conhecimento, o “combate à doutrinação de esquerda e contaminação ideológica nas escolas” e o combate ao que eles classificam como “ideologia de gênero” (Portal Escola Sem Partido, 2016).

Assim, a proposta ganhou apoio parlamentar e surgiu o projeto de Lei Federal, nº 867/2015, de autoria do deputado federal Izalci Lucas (PSDB-DF), que hoje segue em tramitação na Câmara dos Deputados. No ano seguinte, foi apresentado o projeto de Lei do Senado nº 193/2016, do senador Magno Malta (PR-ES) que visa incluir o Programa Escola Sem Partido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), que também segue em tramitação no Senado Federal, até a publicação do presente trabalho⁹. O movimento também criou uma página na internet com os modelos de leis estaduais e municipais (Programa Escola Sem Partido, 2016), incentivando deputados e vereadores a elaborem leis próprias que impeçam o trabalho com a temática de gênero e diversidade sexual nas escolas públicas e privadas, dentre outras alterações (nas leis vigentes) que visam o fim da liberdade de cátedra e contrapõem-se ao princípio de laicidade do Estado.

A partir da grande repercussão dos projetos de âmbito nacional, em diversos estados e municípios deputados e vereadores apresentaram em suas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais projetos de lei com conteúdos similares ao que propõe o movimento ESP.¹⁰ Até a conclusão do presente artigo, em 2017, alguns

8 O projeto em questão foi apresentado na Assembleia Legislativa, pelo deputado, como Programa Escola Sem Partido, em 13 de maio de 2014. Em seguida, o mesmo projeto foi apresentado na Câmara Municipal do Rio de Janeiro pelo vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ), como Projeto de Lei nº 867/2014. Atualmente, ambos seguem em tramitação.

9 Estes projetos são chamados nos meios acadêmicos e pelos movimentos sociais de *Lei da Mordaça*, nome que inspirou o título do presente artigo.

10 Em estudo recente realizado por Fernanda Pereira de Moura (2016), a autora desenvolve um mapeamento, *Panorama do Escola Sem Partido no Brasil*. No levantamento, acessado em fevereiro de 2017, constam, nas esferas estaduais e municipais: 28 projetos estaduais ou municipais cuja ementa é a implementação integral do ESP; 04 projetos com elementos do ESP; 02 projetos similares sob o título de “Escola Livre”; 01 “Programa Escola Sem Política Partidária”; e 06 que são específicos sobre questões de gênero – que visam, segundo suas ementas, “proibir a reprodução do conceito de ideologia de gênero”, sem, como era de se supor, explicar o que seria tal ideologia, uma vez que ela não existe, como tenta distorcer o movimento. No âmbito federal, além dos projetos já citados, do mapeamento realizado por

projetos foram arquivados, outros aprovados, outros seguem em tramitação e alguns, como por exemplo o “Escola Livre”, no estado de Alagoas¹¹ foram arquivados depois de aprovados, sendo considerados inconstitucionais¹².

É possível perceber, como ressalta Salomão Ximenes (2016), no artigo *O que o direito a educação tem a dizer sobre o “Escola Sem Partido”?*, que a evidência das inconsistências e inconstitucionalidade do ESP não o impede de dar sequência em suas ações e possivelmente causar estragos alarmantes nas concepções e práticas educacionais. Para ele, além de representar um estágio avançado de desenvolvimento do conservadorismo sobre as políticas educacionais brasileiras, o controle ideológico sobre professores e estudantes articula-se as outras agendas de reformas educacionais de caráter gerencial, como a privatização e o corte de recursos públicos para a educação pública. E ressalta que “essas frentes de ataques à escola pública, as quais se deve somar ainda a militarização das escolas – o ápice do controle totalitário na educação, estão se fortalecendo mutuamente em torno de um renovado projeto liberal-conservador” (XIMENES, 2016, p.55).

Frente a tantas mordanças, ameaças e processos de criminalização em curso no país, em tempos onde tais projetos não foram sequer aprovados, ficam cada vez mais evidentes os reais objetivos do movimento Escola Sem Partido. Assim, aponta Ximenes:

“desfazer-se da substância do direito à educação para assim reproduzir privilégios e dominantes é o verdadeiro programa do ESP, não à toa quando os mesmos privilégios estão em risco diante da ebulição de lutas sociais por redistribuição, participação e reconhecimento.” (XIMENES, 2016, p.58)

Moura, também destacamos, na Câmara dos Deputados: um projeto de alteração da LDB, um de alteração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, um de tipificação de “assédio ideológico” como crime, uma PEC de alteração do Art. 210 da Constituição Federal (que legisla sobre o ensino fundamental), e outros quatro relativos a alterações em leis vigentes sobre questões de gênero e diversidade, além dos dois projetos em tramitação – um na Câmara e outro no Senado – destacados anteriormente.

11 ALAGOAS, Lei Estadual Nº 7.800, de 05 de maio de 2016. *Institui, no âmbito do sistema estadual de ensino, o Programa “Escola Livre”*. Diário Oficial do Estado de Alagoas, 2016.

12 Em julho de 2016, o Ministério Público Federal, através da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, ao analisar o PL nº 867/2015, declara em nota técnica a inconstitucionalidade do ESP pelas razões: “(i) confunde a educação escolar com aquela que é fornecida pelos pais, e, com isso, os espaços público e privado; (ii) impede o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (art. 206, III); (iii) nega a liberdade de cátedra e a possibilidade ampla de aprendizagem (art. 206, II); (iv) contraria o princípio da laicidade do Estado, porque permite, no âmbito da escola, espaço público na concepção constitucional, a prevalência de visões morais/religiosas particulares.” (DUPRAT, Deborah, Nota Técnica, MPF, 2016)

Neste sentido, como observado por Eduardo Giroto (2016), é necessário compreender o ESP em um contexto mais amplo, de um movimento que visa construir um modelo de escola do pensamento único, pautada nos pressupostos da racionalidade técnica e gerencial, que tem ganhado força e destaque nas últimas décadas no país, atendendo aos interesses de diferentes grupos, principalmente empresariais, que enxergam, na educação, amplas oportunidades de ganhos econômicos (GIROTO, 2016, p.70). Giroto e outros autores identificam, portanto, que tais grupos empresariais (Itaú-Unibanco, Fundação Lemann, movimento Todos pela Educação, SESI, entre outros), ocultam-se sobre o falso discurso da neutralidade do conhecimento, objetivando levar adiante um processo amplo e lucrativo de reforma gerencial da educação, com a intenção de “difundir, como narrativa dominante e, no limite, única, os princípios defendidos pelo empresariado brasileiro” (p.72).

3. A articulação do movimento Escola Sem Partido através do Estado Ampliado

Estas políticas, como observamos, são oriundas de um novo protagonismo de frações de classe dominantes, organizadas e articuladas de acordo com interesses comuns e em contextos específicos, tanto na esfera da sociedade política, quanto na sociedade civil. Nosso esforço, aqui, é também compreender como atuam estas forças políticas envolvidas na elaboração e implementação dessas novas e reativas políticas educacionais, assim como refletir sobre os interesses que estão em disputa. Sabemos que existe uma complexa trama de mecanismos estruturais, dialeticamente contraditórios, de dominação, na conformação, por fim, de um “Estado educador”.

Para entendermos esta atuação além dos seus aspectos aparentes, consideramos fundamental a utilização de um instrumental teórico-metodológico específico. Neste sentido, o arcabouço teórico gramsciano nos aponta importantes possibilidades de interpretação sobre a representação do movimento Escola Sem Partido, principalmente a partir do seu conceito de “Estado ampliado”, que considera as noções interdependentes de “sociedade civil” e “sociedade política”, para a compreensão da dimensão da organização das classes sociais, relacionando-as no âmbito das superestruturas do Estado. Segundo Virgínia Fontes (2010),

A sociedade civil é o momento da formulação e da reflexão, da consolidação dos projetos sociais, e das vontades coletivas. Sua imbricação no Estado assegura que a função estatal de educação – o

'Estado educador' – atue na mesma direção dos interesses dirigentes e dominantes, através da mediação dos partidos políticos, tanto os oficiais como os que, extraoficialmente, difundem e consolidam as visões de mundo, como a imprensa e mídia. (FONTES, 2010, p.138)

Desta maneira, é possível analisarmos o movimento ESP enquanto um típico “aparelho privado de hegemonia”, nos termos gramscianos, uma vez que: no âmbito da sociedade civil, apresenta-se como um canal de elaboração e difusão de uma determinada concepção sobre a dimensão educativa do Estado, ou seja, na conformação de consenso sobre a sua concepção de educação; e no âmbito da sociedade política ele busca atuar por meio do desenvolvimento de legislações e do fortalecimento de uma rede ou “bancada” de políticos eleitos que defendam o seu projeto educacional, ou seja, por meio do fortalecimento do aspecto coercitivo que garantirá a manutenção de privilégios historicamente construídos por estes grupamentos políticos.

Mas como esta articulação ocorre? O movimento mobiliza, ao mesmo tempo, estratégias no âmbito da sociedade civil e da sociedade política. Na sociedade civil, investe em mecanismos controle e vigilância sobre o trabalho docente, associando-se a movimentos como o Revoltados Online, o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre, que através das redes sociais vem realizando propagandas de difamação de docentes e instituições escolares. A título de exemplo, o movimento Revoltados Online, através de seu fundador, o ex-pastor Marcello Reis, e dos membros Alexandre Frota (ator) e Beatriz Kicis (procuradora), realizou uma reunião com o Ministério da Educação para apresentar o projeto ESP, autodeclarando-se representante da sociedade civil, celebrando a primeira reunião pública do MEC, iniciado o governo interino de Michel Temer. O Movimento Brasil Livre e o Vem Pra Rua, por sua vez, já declararam publicamente apoio ao ESP. O MBL, inclusive, aprovou como resolução em seu congresso nacional realizado em 2015, a “apresentação do Projeto de Lei Escola sem Partido em legislativos estaduais e municipais”¹³.

Assim, no âmbito da sociedade civil, cabe destacar que este movimento consolida diferentes interesses de caráter conservador e reacionário de frações de classe dominantes, os quais não aprofundaremos neste trabalho, mas que, em linhas gerais, apontam em comum a defesa de uma concepção gerencial ou empresarial do campo educacional, bem como uma concepção mercadorizadora do conhecimento.

13 Informações disponíveis em: <https://mbl.org.br/> e <http://g1.globo.com/educacao/noticia/ministro-da-educacao-recebe-alexandre-frota-e-lider-de-protestos.ghtml>

Já no âmbito da sociedade política, o ESP associa-se a candidatos e parlamentares de distintos partidos, buscando promover e implementar o projeto Escola Sem Partido através de projetos de lei específicos e alterações em legislações já vigentes. Assim, o caráter de consolidação de parcerias também se desenvolve tanto para a implementação de suas políticas como para fortalecer-se nesta esfera de poder. Como destacado no tópico anterior, estas alianças do movimento com a bancada parlamentar fundamentalista cristã são datadas de 2011, no período de reação conservadora e reacionária à políticas de combate à lgbtfobia na educação. Deste período aos dias atuais, o investimento na esfera da sociedade política tem sido cada vez maior. Na página Programa Escola Sem Partido (2016), por exemplo, existe o link “ESP nas Eleições 2016”, onde estão disponíveis os nomes dos candidatos *do* Escola Sem Partido, em todo o país, que são aqueles candidatos a vereador ou prefeito que assinaram um termo de compromisso em levar as pautas e projetos de lei do movimento a partir do primeiro mês de mandato¹⁴.

Sobre esta articulação de esforços, afirma Fontes (2010):

Nessa relação ampliada entre Estado e sociedade civil, o convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias estatais e, em sentido inverso, do Estado, sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia. (FONTES, 2010, p. 136)

Assim, percebemos que estes dois aspectos – ou duas direções – de atuação do movimento ESP através do Estado ampliado, em caráter necessariamente relacional e dialético, se perpetuam e mobilizam forças que vem ampliando o seu poder de atuação e influência.

4. Conclusão

Assim, mesmo que ainda esteja no momento inicial a pesquisa que visa mapear as frações de classe dominantes envolvidas com o ESP, e suas respectivas estratégias e interesses, já é possível identificarmos que o movimento Escola Sem Partido tem

¹⁴ Na página <http://www.programaescolasempartido.org/esp-nas-eleicoes-2016/> também estão disponíveis as cópias dos documentos assinados pelos candidatos.

levantado esforços em associar-se a parlamentares de distintos partidos e organizações da sociedade civil – dos setores empresariais e religiosos, especialmente – na tentativa de implementar um novo modelo de educação. Esta análise, para além do âmbito das aparências sobre o movimento, a fim e a cabo, também permite identificarmos com significativa clareza que o ESP além de ser partidário, é ideólogo, uma vez que articula discursos e práticas na defesa de uma determinada concepção de escola, eficiente, por mobilizar investimentos de mercado mas, principalmente eficiente, por formar o trabalhador e trabalhadora amordaçados, pelo silenciamento da divergência, pela criminalização da criticidade.

Como resultado imediato de tal investida reacionária, devemos considerar que muitas professoras e professores se veem coibidos de exercer a liberdade de seu fazer docente, ainda que legalmente o possam, com medo do grau de violência contido nas ameaças feitas pelo ESP, seus apoiadores e seguidores, nas redes sociais e páginas na internet.

No site do ESP, também encontramos uma caracterização da “caça às bruxas”, onde consta um texto intitulado “Mensagem de fim de ano do coordenador do ESP ao militante disfarçado de professor”, assinada por Miguel Nagib, que ameaça: “professores com o seu perfil passarão a encontrar cada vez mais dificuldade para arrumar emprego nas escolas particulares. (...) Se você soubesse como é fácil, no Brasil, processar outra pessoa, ficaria bastante preocupado”. E termina, mesmo reconhecendo a insustentabilidade dos processos jurídicos, ratificando que o processo de vigilância, perseguição e difamação faz parte de uma estratégia política elaborada e, assim, implementada: “É claro que algumas dessas ações podem vir a ser julgadas improcedentes; mas até isso acontecer, você já terá tido um bocado de aborrecimentos e despesas. O simples fato de ser processado já é uma ‘condenação’”. (Escola Sem Partido, dezembro de 2016).

Diante da análise sobre a ofensiva dos setores conservadores e reacionários no campo da educação, é possível entendermos os traços do efetivo investimento na difusão de uma política de medo para o fortalecimento de instrumentos de controle de classe desde o “chão das escolas”, todavia a passividade não seja um imperativo destes tempos sombrios. Nesse contexto de disputa da correlação de forças no atual cenário político do país, os movimentos sociais também vem denunciando a maneira autoritária com a qual estas e outras políticas vem sendo implementadas, sem diálogo com a sociedade, e inclusive através do uso sistemático do poder coercitivo do Estado. Os

trabalhadores e trabalhadoras da educação tem avaliado suas resistências como fundamentais e combativas, reconhecendo que ainda é preciso reunir mais esforços, articulações e novas estratégias para a garantia de conquistas neste campo. Os movimentos tem apontado a continuidade, a intensificação e a radicalização das lutas nos próximos anos como condição necessária para a garantia da sobrevivência da educação pública, dentre tantos outros direitos historicamente conquistados. Destacamos, assim, que o aprofundamento deste trabalho tem o intuito de contribuir com os estudos na área das políticas públicas educacionais, problematizando o crescimento das ações e do discurso do movimento Escola Sem Partido.

Por fim, dentro dos limites do presente artigo, ressaltamos que, por dentro e por fora do Estado, é possível observar que o movimento emerge como um *aparelho privado de hegemonia* protagonista e aglutinador de forças políticas ultraconservadoras que objetivam transformar interesses privados em políticas públicas, promovendo sistemáticos ataques a agenda historicamente defendida pelo movimento estudantil e pelas trabalhadoras e trabalhadores da educação, produzindo uma agenda reacionária e conservadora na educação brasileira.

Referências bibliográficas

AÇÃO EDUCATIVA (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso.** Ação Educativa: 2016.

AMARAL, Marina. **A nova roupa da direita.** A Pública, 23.06.2015. Disponível em: <http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/> . Acessado em: 17/05/2017.

ANTUNES, Ricardo. **A substância da crise.** In MÉSZÁROS, I. A Crise Estrutural do Capital. SP: Ed. Boitempo, 2011.

BIANCHI, Álvaro; et al. DEMIER, Felipe, HOEVELER, Rejane (orgs.) **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DUPRAT, Deborah. **Opinião a respeito da proposta do Movimento Escola sem Partido (ESP) e análise e manifestação sobre a Proposição Legislativa 867/2015, que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola**

sem Partido". Nota técnica. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Brasília. 2016.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Portal Escola Sem Partido.** Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org>> , acesso em 12 set, 2016.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

FRENTE NACIONAL ESCOLA SEM MORDAÇA. **Portal Escola Sem Mordaca.** Disponível em: <<http://escolasemmordaca.org.br/>> , acesso em dez, 2016.

GIROTTO, Eduardo. **Um ponto na rede: o “escola sem partido” no contexto da escola do pensamento único.** In. AÇÃO EDUCATIVA (Org.). A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. Ação Educativa: 2016.

HOEVER, Rejane. **A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da “nova direita” brasileira.** In. DEMIER, Felipe, HOEVER, Rejane (orgs.) A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MELO, Demian. **A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira.** In. BIANCHI, Álvaro; et al. DEMIER, Felipe, HOEVER, Rejane (orgs.) A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

PENNA, Fernando Araújo. **Entrevista concedida ao Portal da ENPEd em 20/04/2016.** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-fernando-de-araujo-penna-escola-sem-partido-serie-conquistas-em-risco>> , acesso em 15 set, 2016.

Programa Escola Sem Partido. **Portal Programa Escola Sem Partido.** Disponível em: <<http://www.programaescolasempartido.org/>> , acesso em 15 set, 2016.

XIMENES, Salomão. **O que o direito a educação tem a dizer sobre o “Escola Sem Partido”?** In. AÇÃO EDUCATIVA (Org.). A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. Ação Educativa: 2016.